



ATUAÇÃO DA GRANDE IMPRENSA NA “REDEMOCRATIZAÇÃO” BRASILEIRA (1984-1985): “ARAUTO DA DEMOCRACIA” E INIMIGA DOS “RADICALISMOS”

Prof.^a Dr.^a Michelly Pereira de Sousa Cordão

Universidade Federal de Campina Grande, Universidade de São Paulo, michellycordao@gmail.com

O artigo é parte de um capítulo de minha tese de doutorado defendida em 2015 no PPGCS-UFCG, no qual discuti a articulação da Aliança Democrática e sua proposta de “consenso”, logo após a derrota da emenda das diretas em 25 de abril de 1984 e as posições da grande imprensa que tentou se reconstruir enquanto democrática apelando para a imagem de “mensageira” do movimento pela “redemocratização”. Em se tratando do processo que envolveu a sucessão presidencial de 1984-1985, nosso objeto de interesse na tese, uma parte da imprensa alinhada à “oposição liberal”, ajudou na construção de um consenso segundo o qual todas as forças políticas oposicionistas convergiam para a Aliança Democrática, apagando as posições contestadoras do Partido dos Trabalhadores (PT) e de outras organizações sociais de esquerda. Os jornais *O Globo*, *Folha de São Paulo* e o *Estado de São Paulo* atuaram como colaboradores do golpe civil-militar e, em grande medida, da ditadura civil-militar e, na tentativa de serem lembrados como partícipes do projeto de “redemocratização” pela via da “conciliação”, defenderam o modelo liberal representado pela candidatura indireta de Tancredo Neves e criminalizaram, cada um a sua maneira, projetos alternativos, por eles associados aos “radicalismos” e à posições “antidemocráticas”.

Palavras-chave: Grande imprensa, Aliança Democrática, Partido dos Trabalhadores, Verdade factual.

Durante a campanha presidencial para as eleições indiretas em janeiro de 1985, construiu-se uma “verdade factual”, fórmula que, como diz Hannah Arendt (2007, p. 299), contém em si mesma um elemento de coerção, extinguindo o debate que é “a própria essência da vida política”, com o objetivo de silenciar propostas voltadas para a democratização do País que não estivessem ligadas diretamente à estrutura política autoritária. Estrutura da qual Tancredo Neves, candidato pela Aliança Democrática, fez parte enquanto Deputado e Senador de um partido, o MDB, que representava uma “oposição consentida”. Uma oposição necessária para a manutenção da ordem autoritária e para a sua legitimidade (MACIEL, 1999).

Uma *verdade factual* que anulava as opiniões divergentes foi deliberadamente fabricada pela grande imprensa brasileira que, na medida em que construiu a imagem de Tancredo Neves como um homem público coerente, pacífico e conciliador e, por essas “virtudes”, único capaz de concluir o “processo de transição” para a democracia nas eleições indiretas de 1985, esforçou-se para “demonizar” lideranças e movimentos sociais de “contestação” (MACIEL, 1999). Isso porque aquele

(83) 3322.3222

contato@coprecis.com.br

www.coprecis.com.br



que diz a “verdade factual” e pretende ser persuasivo, esforça-se por demonstrar que sua “verdade particular atende aos interesses de um grupo” (ARENDR, 2007, p. 309), eliminando as opiniões divergentes.

A grande imprensa – *Folha de São Paulo, O Estado de São Paulo, O Globo, Jornal do Brasil* –, por ter apoiado o golpe civil-militar de 1964 e o regime por ele implantado durante boa parte de sua vigência, colocou-se, sobretudo a partir do cenário da “transição” e da “abertura política”, como um dos principais mecanismos de “oposição” voltados para a democratização do País. A *Folha*, por exemplo, de legitimadora da Ditadura tornou-se portavoz da campanha pelas Diretas-Já (SILVA, 2011, p. 75), trabalhando no sentido de construir uma memória histórica que ajudou a sacralizar determinados sujeitos políticos como sendo os “paladinos da liberdade”.

Um exemplo recente desse trabalho de reconstrução da memória histórica relacionada ao regime civil-militar, foi o editorial publicado pelas Organizações Globo no portal *Memória O Globo*, lançado em 31 de agosto de 2013¹, através de que o grupo “reconheceu o erro” de ter apoiado a ditadura e o fez num momento de desdobramentos políticos das “manifestações de junho”. O editorial trata os eventos de 1964 como “história”, numa compreensão desta que a associa ao passado que, neste caso, deveria ser esquecido, sobretudo porque, no presente, o grupo Globo teria como “valor absoluto” a “democracia”.

Ao “reconhecer o erro”, *O Globo* procurou justificar, ainda, outro editorial intitulado *Julgamento da revolução* (O GLOBO, 07/10/84, p. 1), publicado na primeira página com assinatura de Roberto Marinho, cerca de três meses antes da eleição indireta de Tancredo Neves e José Sarney pela Aliança Democrática. No editorial, perpassa uma memória da ditadura civil-militar com tons laudatórios, sobretudo no que diz respeito ao desenvolvimento econômico que ela teria promovido.

Além disso, reatualiza o argumento proliferado pela grande imprensa no cenário do golpe de 1964 de que a intervenção das Forças Armadas intencionava estabelecer a ordem, defender a democracia e reprimir as ondas de “radicalização ideológica” – cognome de “comunismo” – que as “ameaçavam”. O jornal ratifica sua posição de colaborador do regime, estabelecendo uma linha de continuidade entre o golpe – “movimento vitorioso” –, o “processo de abertura” e a “posse do futuro presidente”, Tancredo Neves, cuja vitória naquele momento já era dada como certa pelos meios de comunicação. O editorial segue reafirmando

¹ Texto completo também disponível em: <http://oglobo.globo.com/brasil/apoio-editorial-ao-golpe-de-64-foi-um-erro-9771604>. Acesso em: 16 jan. 2015. Para acesso ao portal: <http://memoria.oglobo.globo.com/> (83) 3322.3222 contato@coprecis.com.br



sua fidelidade aos objetivos da “revolução” pelo fato desta ter sido uma exigência do povo, pois “sem povo, não haveria revolução, mas apenas um ‘pronunciamento’ ou ‘golpe’ com o qual não estaríamos solidários”.

Roberto Marinho reproduz o vocabulário dos Presidentes Militares na medida em que define como “revolução democrática” em defesa dos interesses do “povo” o que a historiografia denomina de “golpe”, justificando a repressão intensificada pelo AI-5 “nos meses dramáticos de 1968” em razão dos “atos de terrorismo”. Uma “revolução” que agiu em nome do “povo”, categoria associada à representação da sociedade brasileira, mas que se refere a setores específicos desta, a exemplo daqueles que foram às ruas² para defenderem a “intervenção militar” no governo de João Goulart.

Nessa direção, o editorial faz propaganda em favor do “movimento revolucionário”, descrevendo um conjunto de ações no plano econômico que desenvolveram o país, corroborando a tese do “milagre econômico”. Os elogios davam ênfase ao crescimento econômico que interessava ao grupo Globo, não tocando em questões relativas a reivindicações de setores historicamente afetados pela distribuição desigual de renda no País. O texto ganha fortes tons propagandísticos com a apresentação de dados estatísticos com os quais seu autor pretendia evidenciar o sucesso da “revolução”, sobretudo quando compara as “realizações nacionais dos últimos vinte anos” com o cenário do País em 1964, ano que, de acordo com esse discurso, teria marcado o retorno do País à democracia.

Carla Silva (2011, p. 75-76) chama a atenção para o papel dos sistemas de comunicação na disseminação de valores capitalistas durante a ditadura civil-militar, num cenário de grande atuação de empresas multinacionais no Brasil. Fato que tinha como corolário uma ampla propaganda da imprensa no sentido de demonstrar os “riscos que a população ‘ordeira e pacífica’ correria diante do ‘perigo comunista’, que abalaria a possibilidade inalienável de poder consumir, que seria o marco da ‘liberdade’ capitalista e ‘proibida’ no mundo comunista”. Ideais que foram divulgados por várias empresas de comunicação, entre as quais cita “a Abril, a Globo e o Grupo Folha” (SILVA, 2011, p. 76). Empresas que tiveram um amplo crescimento econômico nesse cenário, a exemplo da Rede Globo de Televisão fundada por Roberto Marinho em 1965 a partir de uma concessão pública do governo militar.

² A referência é à “Marcha da Família com Deus pela Liberdade”, a 19 de março de 1964, com a qual setores da classe média brasileira que seguiam a trilha da campanha “anticomunista” para retirar João Goulart do governo, reagiram ao comício pelas reformas de base ocorrido seis dias antes, a 13 de março.



Embora dê destaque às medidas econômicas dos governos militares, o editorial de *O Globo* estabelece que o objetivo fundamental destes foi “a preservação dos princípios éticos e o restabelecimento do estado de direito”, pontuando ações de “liberalização” promovidas por Geisel, mas já manifestadas por Castello Branco, Costa e Silva e Médici e, portanto, deixando claro que a democratização do País fazia parte de um projeto estrutural iniciado em 1964. O texto cita medidas autoritárias do regime – atos de exceção, cassação de mandatos, suspensão de direitos políticos, demissão de funcionários –, mas se centrando no fato delas terem sido reformadas, sem informar quando e porque foram estabelecidas. Não as define como autoritárias, nem as cita como parte das ações dos governos militares, ressaltando, apenas, que foram acionadas num “período discricionário”³ e que, naquele momento, eram superadas pelo processo de “liberalização”. Argumento semelhante àquele que atribui a “terroristas” a responsabilidade pelo decreto do AI-5 que intensificou as ações de repressão para preservar a “ordem”.

Publicado pouco mais de três meses antes da eleição indireta que viria a eleger Tancredo Neves como Presidente da República, o editorial faz referência ao candidato elogiando-o pelo fato de, diferentemente de outros líderes oposicionistas, que consideraram as medidas “meros paliativos”, ter concordado com elas: “O então Deputado Tancredo Neves, Líder do MDB na Câmara Federal, reconheceu que a determinação governamental ‘foi além do esperado’”. Com essa referência, Roberto Marinho inclui Tancredo enquanto parte da história dos que estavam alinhados ao discurso que ele considerava democrático da ditadura civil-militar. Iguala-o a Figueiredo que, em suas linhas, é responsável pela continuidade do “processo de redemocratização”, visto ter feito algumas “concessões”, como a lei da anistia.

Roberto Marinho expõe uma lista de medidas de Figueiredo, mas não diz, por exemplo, que a emenda pelas “diretas-já” não foi aprovada em 25 de abril de 1984, meses antes da publicação do editorial. Refere-se a uma “anistia ampla e irrestrita” que não ocorreu, visto que o governo aprovou uma anistia “parcial”, não incorporando na relação de anistiados os chamados “terroristas”. Considera o “maior feito da revolução de 1964” o fato de ter se “autolimitado”, com medidas de “abertura”, como a liberação para a criação de novos partidos, a fim de ampliar a democracia no Brasil.

Finaliza o editorial, legitimando o modo conservador com que a sucessão presidencial estava sendo articulada:

³ Período de maior ação da repressão que era justificável, de acordo com essa leitura, como dito antes no mesmo editorial, pela atuação de “terroristas”. Situa-se entre fins de 1960 e nos anos 1970.



Neste momento em que se desenvolve o processo da sucessão presidencial, exige-se coerência de todos os que têm a missão de preservar as conquistas econômicas e políticas dos últimos decênios.

O caminho para o aperfeiçoamento das instituições é reto. Não admite desvios aéticos, nem o afastamento do povo.

Adotar outros rumos ou retroceder para atender a meras conveniências de facções ou assegurar a manutenção de privilégios seria trair a Revolução ou seu ato final (O GLOBO, 07/10/84, p. 1).

A sucessão de um civil significava um “aperfeiçoamento das instituições”, numa linha de continuidade com as “conquistas” dos governos militares. Roberto Marinho escreveu esse texto num momento em que a campanha de Tancredo, a quem apoiava, estava a todo vapor e que já era divulgado na imprensa que seu opositor, Paulo Maluf, não tinha chances no Colégio Eleitoral. Dessa forma, legítima a “revolução de 64” a partir do argumento de que foram seus próprios agentes que promoveram e estão promovendo a “redemocratização”, entre os quais insere Tancredo, a quem parece direcionar as últimas palavras do texto, como se quisesse orientá-lo a ter cuidado nessa etapa de “aperfeiçoamento” a fim de impedir que determinadas “facções” – leia-se, grupos de “esquerda” – atrapalhassem o processo.

Constrói a esperada vitória de Tancredo como sendo o ato final da “revolução”; um “marco” da “redemocratização” do País e da derrota de “facções” que agiam em nome de “radicalismos” traíndo a “revolução”. Na versão de Roberto Marinho, portanto, civis e militares caminhavam de mãos dadas, diferentemente do que a memória acerca da ditadura tentou fixar após o restabelecimento do Estado Democrático de Direito nos anos 1980.

As posições da grande imprensa nos anos 1980 em defesa da democracia liberal e em campanha contra a “esquerda” parecem seguir uma linha de continuidade em relação à propaganda “anticomunista” arquitetada durante o governo de João Goulart e que teve um papel fundamental para a consecução do golpe de 1964. Os jornais *Folha de São Paulo*, *O Globo*, *O Estado de São Paulo* transformaram Jango no maior inimigo do País, associando-o a “agitações estudantis”, “greves”, “perturbação social”, que seriam estimuladas pelo “comunismo” que ele supostamente pregava (DIAS, 2014).

Ressalte-se que até aproximadamente os anos 1960 a imprensa afirmava-se declaradamente sua posição como partidária:

Embora os jornais não fossem sustentados por qualquer facção

(83) 3322.3222

contato@coprecis.com.br

www.coprecis.com.br



política, refletiam os interesses ideológicos dos partidos, faziam parte de uma imprensa que tinha uma concepção missionária de sua atividade. Basta lembrar que *O Estado de São Paulo* e *O Globo* eram os jornais que defendiam as ideias e posições liberais da União Democrática Nacional (UDN), enquanto a *Última Hora* era partidária e defensora das posições do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) (ABREU, 2006, p. 108-109).

A invenção do discurso supostamente a-partidário, despolitizado e isento da imprensa ocorreu concomitantemente ao processo de “redemocratização” quando jornais, a exemplo da *Folha*, promoveram reformas técnicas e editoriais passando a se colocarem como arautos da democracia, defendendo a anistia, as eleições diretas, a preservação das liberdades de imprensa e de expressão e dos direitos humanos (ABREU, 2003, p. 63-64).

Em 1964, ano do golpe, chamados de “revolução” pelos golpistas, a *Folha* assumiu uma posição claramente favorável as suas decisões políticas, construindo a representação maniqueísta entre democracia *versus* comunismo, colocando-se como aliada da primeira e, por essa razão, disposta a denunciar tudo aquilo que tivesse relação com a “subversão”. Alzira Abreu (2003, p. 23-24) dá uma dimensão do protagonismo da grande imprensa nesse cenário:

É importante lembrar que os órgãos de imprensa de maior circulação e prestígio no país tiveram participação fundamental na queda do regime constitucional em 1964, por seu apoio à ação dos militares. Os proprietários dos jornais aqui analisados encampavam as ideias liberais do liberalismo econômico e se identificavam com o ideário dos liberais da União Democrática Nacional (UDN). Basta lembrar a família Mesquita, de *O Estado de São Paulo*, o proprietário da *Gazeta Mercantil*, Herbert Levy, um dos fundadores da UDN em 1945 e um dos articuladores do movimento militar que derrubou o governo constitucional de 1964, e Roberto Marinho, do jornal *O Globo*.

Nessa direção, Carla Silva (2011, p. 77) afirma que a, ao longo do regime civil-militar, a imprensa costumava reproduzir os preceitos discursivos utilizados pelos generais sem um exercício de crítica: “Revolução denominando Ditadura; Democracia igualmente definindo Ditadura”. O mesmo jornal, a *Folha*, que legitimou a Ditadura/“Revolução”, vinte anos depois, sobretudo na campanha das Diretas Já, construiu-se como “arauto” da Democracia. Posição que, segundo ela, foi possível num momento em que os representantes da Ditadura procuraram lhe pôr fim sem perder o poder.

Sobre o discurso pró-diretas da *Folha* em 1984, Silva (2011, p. 78) sugere razões que o justificam: “[...] o momento histórico exigia esse



discurso, depois de greves dentro do próprio meio jornalístico, depois da Lei da Anistia, da reforma política, dos atentados do Riocentro, ficava difícil seguir chamando a Ditadura de “Revolução/Democracia”. No entanto, a proposta de renovação, iniciada com Geisel, deveria ser controlada pelo governo para evitar “radicalismos”, como foi possível perceber nas reformas estabelecidas, como a Lei da Anistia em 1979, que só foi aprovada com alterações no projeto que defendia uma “anistia ampla, geral e irrestrita”, de acordo com as quais não haveria anistia para os chamados “terroristas”, os militantes da luta armada.

Importante destacar que, ainda que tenha publicado várias manchetes dando visibilidade à campanha pelas “diretas-já” e se colocado contrária a um candidato de “consenso” pelas indiretas (Cf.: FSP, “Tancredo, a precipitação”; “Todos pelas diretas”, 24/04/84, p. 4), a *Folha* aderiu à candidatura de Tancredo-Sarney que representava a ideia do governo militar de promover o fim da ditadura sem perder o poder, haja vista que Tancredo era um nome aceito tanto pela “oposição consentida” quanto pelo próprio governo militar. Em editorial publicado na primeira página (FSP, “Posse e diretas para presidente”, 15/11/84, p. 1), o que não era comum, a exatos dois meses da eleição no Colégio Eleitoral, a *Folha*, ao mesmo tempo em que reitera sua defesa pró-diretas e sua contrariedade com o recurso ao Colégio Eleitoral, um “organismo autoritário”, legitima a esperada vitória de Tancredo:

Ao afirmar que a convocação imediata de eleições diretas corrigiria o “erro” de ter sido eleito indiretamente, o jornal lança mão de uma estratégia para legitimar um processo transitório que vinha sendo articulado entre governo e “oposição”. Interessante destacar que o jornal ignora quaisquer possibilidades de outras lideranças políticas derrotarem Tancredo numa possível eleição direta, considerando-o um “líder popular” que venceria indiscutivelmente. Apagava-se do campo das disputas políticas “novos sujeitos” que vinham conquistando popularidade enquanto representantes dos trabalhadores. Sujeitos que a grande imprensa, em sintonia com os políticos que tramaram a “transição negociada”, considerava uma “ameaça”.

De acordo com Silva (2011, p. 78), “o nível de consciência dos trabalhadores estava chegando longe demais, precisava ser abarcado pela ‘experiência democrática’ para deixar de ser potencialmente revolucionária”. A *Folha* adotou, portanto, uma postura de freamento e de controle dos movimentos sociais, na proporção em que legitimava a “saída conciliadora” através do Colégio Eleitoral.



Nesse sentido, em editorial intitulado “Greve é contra diretas-já” (FSP, 05/04/84, p. 2), a *Folha* opõe-se categoricamente a uma proposta de paralisação nacional para o dia da votação da emenda Dante de Oliveira, embora ela tenha sido deliberada pelo Comitê Suprapartidário Pró-Diretas. Na manchete da edição, o jornal dá destaque ao assunto: “Comitê quer greve no dia 25”, informando que a decisão foi confirmada por 180 entidades sindicais e quando a proposta foi lida em assembleia, “o auditório passou a gritar “greve geral greve geral””.

Em reportagem sintética de primeira página, o jornal não faz referências a outras entidades e aos partidos que aprovaram a decisão, silenciando que eles existiram, dando ênfase à discordância dos governadores Franco Montoro e Leonel Brizola, ambos participantes ativos da campanha pró-diretas, de empresários, do diretor da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo e do governo.

Sujeitos políticos cujos argumentos se assemelhavam, prevalecendo as opiniões de que a proposta de paralisação, já noticiada como greve geral, era uma “aventura” (Brizola), “exacerbava posições” (Mário Garnero, empresário do grupo Brasilinvest), “trará graves prejuízos à nação” (Carlos Átila, porta-voz da presidência), era uma “ideia ‘exagerada, radical e imatura” (Nelson Marchezan, deputado e líder do governo na Câmara). Posições que interessavam à *Folha* e, portanto, ganhavam visibilidade no jornal.

Voltando ao editorial, o texto começa já deixando clara a posição da *Folha* que corroborava as opiniões de políticos da “oposição”, de empresários e do governo, atuando no sentido de estabelecer um controle sobre o movimento: “O propósito de convocar uma paralisação das atividades produtivas do País no próximo dia 25, data da votação da emenda que restabelece as **diretas-já**, é incorreto e insustentável”. Proposta que considera motivada por um “entusiasmo juvenil que mal disfarça a desesperança e a inclinação para lançar mão, **in extremis**, de um expediente cujas consequências poderão revelar-se desastrosas”. Nesta linha de raciocínio, estabelece uma lista de três “erros” que estariam no centro da proposta, explicitando, sem reservas, sua posição contrária à greve que, de acordo com a narrativa liberal-capitalista que informa o jornal, é a representação da “desordem”.

A convocação de uma greve geral – deixemos de lado os eufemismos – introduz uma profunda fratura no movimento sem precedentes que vem exigindo em uníssono a restauração do direito popular ao autogoverno. A **unidade da pressão pacífica e ordeira em favor das diretas**, construída e ampliada a tão duras penas, corre agora o risco de se desmanchar

(83) 3322.3222

contato@coprecis.com.br

www.coprecis.com.br



da noite para o dia caso a proposta de greve seja levada adiante (FSP, 05/04/84, p. 2, grifo nosso).

Narra o que considerava o primeiro “erro” da greve: colocava as diretas em risco rompendo seu traço “pacífico”. O apoio da *Folha* às “diretas-já” se dava sob a condição de que a campanha fosse articulada dentro da “ordem”, sem “agitações”, corroborando as posições da oposição liberal e do governo. Uma greve, recurso que considerava cabível apenas no âmbito das reivindicações sociais e das negociações trabalhistas, não poderia ser utilizada como instrumento político. Aspecto que aponta como sendo o segundo “erro” da proposta: “a forma da eleição do presidente da República não é uma questão de caráter social. Ela exige o emprego de instrumentos próprios à luta política”.

Os argumentos “pacifistas” do jornal representam uma posição política que, historicamente, se opôs ao uso da luta e do enfrentamento enquanto mecanismos de ação política voltados para a transformação social. Defender a paz e a ordem significava, também, conservar o *status quo*, o lugar ocupado pelas elites políticas e econômicas para quem as mudanças estruturais não interessavam. De acordo com Martins (2011), houve uma carência de movimentos e conflitos na história política brasileira que resultassem em transformações que afetassem profundamente as estruturas sociais, sobretudo porque as mudanças políticas não resultaram de reivindicações populares, mas de acordos entre elites mediados por favores e por uma dinâmica patrimonialista.

O estilo conservador com que as mudanças são operacionalizadas no Brasil é, para o autor, um aspecto característico de sua sociedade que se justifica pelo esforço histórico das elites dominantes no sentido de inviabilizarem grandes rupturas que pudessem abalar suas posições no âmbito da estrutura social. Gilberto Freyre, em *Casa Grande e Senzala*, de 1933, identificou na formação social brasileira uma ausência de conflitos entre seus três principais grupos étnicos que, segundo ele, viviam “confraternizados”, formando um “antagonismo equilibrado”, cujo símbolo maior havia sido a relação “harmônica” entre o senhor e o escravo (FREYRE, 2006).

Trata-se de uma interpretação da formação histórica brasileira que exerceu influências no nosso campo intelectual e que foi sendo (re)apropriado por diversos tipos de profissionais, incluindo políticos e jornalistas, que usam o argumento da suposta propensão “natural” da sociedade brasileira para a “conciliação” a fim de deslegitimarem quaisquer movimentos e organizações sociais que venham a propor estratégias



de ação política voltadas para uma alteração mais “radical” da dinâmica social a partir de enfrentamentos face ao *status quo*.

E, nesse sentido, a tese da “cordialidade”, não aquela definida por Sérgio Buarque de Holanda (1995)⁴ enquanto um traço “inato” da sociedade brasileira, contribui para que grupos conservadores, a exemplo da própria grande imprensa, justifiquem suas posições editoriais radicalmente contrárias a greves, “agitações” e quaisquer conflitos que possam desestabilizar a “ordem” e a “paz social”. Concordando com Souza (2009, p. 39), “o corolário do nosso mito da cordialidade é a aversão a toda forma de explicitação de conflito e de crítica”. “Aversão” que, para o autor, “[...] é o núcleo de nossa ‘identidade nacional’, na medida em que penetrou a alma de cada um de nós de modo afetivo e incondicional” (SOUZA, 2009, p. 39).

Exatamente a partir desse tipo de argumento conservador em relação aos conflitos, a *Folha* ratificou posições que, historicamente, já haviam sido assumidas em relação a movimentos sociais. Uma delas pode ser situada, a título de exemplo, em editorial (FSP, “Estudantes e agitação”, 12/01/64, p. 4) publicado pouco mais de dois meses antes do golpe militar, com o qual a *Folha* culpa professores pelo fato de abandonarem sua “missão educativa” e de terem transformado suas cátedras em “verdadeiras tribunas de pregação política”.

O jornal defende uma separação entre a atividade política e a atividade escolar/educativa afirmando existir um “clima de intranquilidade na Faculdade de Filosofia do Rio” pelo fato de ambas terem sido conjugadas em virtude das ações “comunistas” de alguns professores e estudantes. Contrariamente ao método “radical” dessas “agitações”, propõe valores liberais e capitalistas a serem incorporados nas escolas: “Inflação se vence com trabalho e aumento de produtividade. Também nas escolas é preciso muito trabalho e muito esforço que vise a uma produtividade maior”. Pilares do *ethos* capitalista, sobretudo o trabalho, o esforço e a produtividade, são acionados como substitutos da “indisciplina” e da “desordem”, marcas desses movimentos estudantis, segundo o jornal.

Os argumentos da produtividade e da necessidade de separar as questões sociais da disputa política também são utilizados para a contraposição do jornal à proposta de greve do Comitê Pró-Diretas, no editorial de 5 de abril de 1984. Finaliza este com o terceiro “erro”, segundo o qual a greve estava ligada a determinados setores, cuja intenção era provocar

⁴ A “cordialidade” definida por Holanda não significa “pacifismo”. Coube a Cassiano Ricardo, nos anos 1940, (re)significar o conceito de Holanda, conferindo-lhe uma conotação que a associava a um caráter “amistoso” e pouco afeito a conflitos da sociedade brasileira. Cf.: LAMOUNIER, 2014, p. 215.



instabilidade no País sob o argumento de que lutavam por diretas, concluindo com a afirmação de que a greve contribuiria apenas para desarticular as diretas-já, podendo ser utilizada como justificativa pelo grupo pró-indiretas para não aprovar o movimento pró-diretas por ser “subversivo”, o que perverteria seu caráter “pacífico”.

A *Folha*, no editorial de 05 de abril de 1984, constrói-se como um jornal com “a autoridade de quem insiste há meses e com firmeza em favor do restabelecimento imediato da escolha popular” e, por essa razão, “é contrária à proposta irresponsável de greve geral para o dia 25”. Prática jornalística que tem a ver com o que Silva (2011, p. 82) chama de “esforço memorialístico” que o jornal adotou para “mostrar-se como desde sempre democrático”, considerando-se sua atuação como legitimador do golpe civil-militar.

Trata-se de mais um editorial do cenário da sucessão presidencial no qual a *Folha* estabelece uma divisão no campo político entre as forças “democráticas” e as forças “antidemocráticas”. Divisão que nem sempre fica tão evidente pelo fato do jornal se construir como “progressista” e “confiável” ao permitir, segundo Silva (2011, p. 82), “uma certa diversidade de opinião, que abre espaço editorial para posições divergentes, embora quase sempre hegemônicas. Se compararmos com o discurso uno da *Veja*, por exemplo, o jornal até parece ser democrático”.

Porém, “várias pesquisas mostram o tom absolutamente anti-progressista do jornal sempre que fala dos movimentos sociais” (SILVA, 2011, p. 82). Com efeito, o jornal abre espaço em suas colunas e editoriais para intelectuais e políticos de diferentes posições se colocarem, o que se configura em estratégia para se construir como democrático, não deixando, no entanto, de reafirmar suas posições políticas quando se trata de abafar a “desordem” e a “indisciplina”.

A *Folha*, junto com outros veículos da grande imprensa, ao longo dos anos 1980, atuou no sentido de afastar do campo da disputa política legítima os movimentos sociais e a luta dos trabalhadores, associando-os ao universo de “reivindicações sociais” e fazendo uma ampla propaganda do *ethos* liberal-capitalista. Conforme Silva (2011, p. 79), “nessa armação discursiva, a posição dos trabalhadores é sempre rechaçada por ser ‘ideológica’, a posição do jornal corresponde à verdade”.

A maneira como a grande imprensa noticiava a sucessão presidencial convergiu para a construção de uma *verdade factual*, segundo a qual o País vivia um ambiente de “conciliação” em torno da candidatura de Tancredo Neves que se



apresentava como a única oposição legítima ao regime autoritário. Deslegitimava-se um modelo de oposição que “contestava” o regime e que atuava “fora da ordem” e, portanto, se distinguia da “oposição consentida”, então representada pelo PMDB e outrora pelo MDB e, sobretudo, pela *persona* de Tancredo Neves que, ao agir “dentro da ordem”, não contestava a institucionalidade autoritária. Opiniões que divergiam da ordem institucional em voga foram pouco noticiadas para que fosse possível garantir a permanência das elites políticas brasileiras no poder, a partir da substituição de militares por civis, que levantaram a bandeira do liberalismo como único caminho capaz de orientar o país para a democracia.

Neste sentido, ao longo do processo de oposição à ditadura civil-militar, naturalizou-se a ideia de que o liberalismo era sinônimo de democracia e de que ser democrata era necessariamente ser liberal. Propostas de um socialismo democrático, defendidas pelo PT, foram transformadas em autoritarismo “esquerdista” que poderia implantar uma “ditadura” stalinista ou castrista no País, discurso que reeditava a campanha “anticomunista” contra o governo João Goulart.

Por outro lado, os defensores do liberalismo construíram suas posições afastando-se tanto do que chamam de “autoritarismo de direita” quanto do “autoritarismo de esquerda”, legitimando a sua oposição através do recurso a uma imprensa, também liberal, que contribuiu decisivamente para a omissão das posturas “esquerdizantes”, ou para sua “demonização”, na medida em que pouco as noticiava, e quando o faziam era com tons de propaganda desconstrutiva, privilegiando interesses de determinados grupos políticos com os quais estava alinhada.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, Alzira Alves de. 1964: a imprensa ajudou a derrubar o governo Goulart. In: FERREIRA, Marieta de Moraes (coord.). **João Goulart: entre a memória e a história**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006, pp. 107-128.

_____. Jornalistas e jornalismo econômico na transição democrática. In: _____; KORNIS, Mônica Almeida; LATTMAN-WELTMAN, Fernando. **Mídia e política no Brasil: jornalismo e ficção**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

ARENDDT, Hannah. Verdade e política. In: **Entre o passado e o futuro**. Trad.: Mário W. Barbosa. São Paulo: Perspectiva, 2007, pp. 282-325.

DAMATTA, Roberto. **O que faz o brasil, Brasil?** Rio de Janeiro: Rocco, 1986.



FREYRE, Gilberto. **Casa-grande & senzala: formação da sociedade brasileira sob o regime da economia patriarcal.** São Paulo: Global, 2006.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil.** São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

LAMOUNIER, Bolívar. **Tribunos, profetas e sacerdotes: intelectuais e ideologias no século XXI.** São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

MACIEL, David. **Democratização e manutenção da ordem na transição da ditadura militar à Nova República (1974-1985).** 1999. 408f. Dissertação (Mestrado em História das Sociedades Agrárias) – Universidade Federal de Goiás-UFG, Goiânia, 1999.

MARTINS, José de Souza. **A política do Brasil: lúmpen e místico.** São Paulo: Contexto, 2011.

SILVA, Carla Luciana. Grande imprensa brasileira: ditadura apagada e democracia forjada. In: CALIL, Gilberto G. *et al* (orgs.). **Estado e poder: ditadura e democracia.** Cascavel: Edunioeste, 2011, pp. 71-95.

SOUZA, Jessé. **A ralé brasileira: quem é e como vive.** Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2009.

FONTES

FOLHA DE SÃO PAULO. Disponível em: <http://acervo.folha.com.br>.

O ESTADO DE SÃO PAULO. Disponível em: <http://acervo.estadao.com.br/>

O GLOBO. Disponível em: <http://acervo.oglobo.globo.com/consulta-ao-acervo/>